



Suplemento - Assembleia Anual

BOLETIM INFORMATIVO. Edição Nº 60

Editor: UNAC | Tel.: 21 416016 / 82 300 1875 | Rua da Resistência Nº 1803 | Boletim Nº 60 | Outubro/ Dezembro | 2018

INTRODUÇÃO

Com a finalidade de prestar contas aos seus membros, relativamente às actividades e ao balanço do ano 2017, a UNAC realizou, de 19 a 20 de Outubro de 2018, na Cidade de Lichinga, Província de Niassa, a sua Assembleia-geral Anual; com a participação de 49 delegados (provenientes de todas as províncias), convidados do governo e de organizações parceiras, e companheiros da equipa técnica da UNAC.

Participação externa

Dentre os representantes do governo, o destaque vai para o Secretário Permanente da Província de Niassa (em substituição da S.Excia a Senhora Governadora), enquanto que o destaque para os representantes dos parceiros de cooperação, vai para a We Effect.

Agenda da Assembleia

O vasto leque de assuntos a tratar na Assembleia-geral Anual da UNAC, incluía o olhar sobre os preparativos da realização das conferências regionais sobre a Terra e Sementes; o ponto de situação do INARCA; as reuniões paralelas de jovens, mulheres e homens do movimento; a apresentação e apreciação dos Relatórios de Actividades e de Contas do Conselho de Direcção e o Parecer do Conselho Fiscal; a



“Por uma sociedade mais justa, próspera e solidária, na qual os camponeses e as camponesas são participantes activos”!...

apresentação e apreciação do Plano de Actividades e Orçamento para 2018; e a apresentação do relatório da avaliação intermédia do PEUNAC-Plano Estratégico da UNAC 2016-2020.

Programa temático

Obedecendo ao programa temático do evento, o primeiro dia de trabalhos esteve dedicado

à Abertura Oficial, com intervenções do Secretário Permanente da Província de Niassa, e da Presidente da UNAC; seguidas da realização dos encontros paralelos das Comissões de Jovens, Mulheres e Homens do movimento.

O segundo dia dedicou-se às apresentações, apreciações e aprovações de documentos.

UNAC: Produzindo comida, alimentando Moçambique, e empoderando os camponeses e as camponesas, para o aumento da produção, produtividade e acesso ao mercado!...

Camponeses Unidos,  na Luta Contra o SIDA

Assembleia-geral Anual da UNAC - 2017



Membros do Conselho de Direcção (à esquerda) e da Mesa da Assembleia-geral (à direita).

Conforme mencionado, meia centena de camponesas e camponeses, jovens e adultos, em representação dos mais de 160.000 membros da UNAC-União Nacional de Camponeses, filiados em mais de 1.500 associações; reuniram-se, de 19 a 20 de Outubro, na Cidade de Lichinga, para avaliarem o desempenho do seu movimento.

Tratou-se de mais uma Assembleia-geral Anual, realizada, prioritariamente, para a prestação de contas, pelo Conselho de Direcção, aos membros, e para compulsar sobre diversos assuntos relevantes, à luz das directrizes da Organização, evidentes no Plano Estratégico 2016-2020, a meio-termo de uma execução considerada positiva, por uma consultoria independente.

1. Abertura da Assembleia

Obedecendo à agenda e ao programa do evento, propostos e aprovados unanimemente pela plenária, os primeiros momentos do grande encontro, contaram com a apresentação

de uma Mística, por um grupo teatral local, cujo conteúdo ilustrava sobre o drama vivido pelos camponeses, relativamente à falta de mercado para a comercialização dos produtos agrícolas.

Foram entoados, depois, os Hinos de Moçambique e da UNAC, seguidos do processo de apresentação dos delegados e convidados; e do discurso de boas vindas, proferido pelo Presidente da União Provincial de Camponeses de Niassa (UPCN), o qual saudou aos participantes, agradeceu a escolha da sua província para realização da Assembleia, desejou a todos um bom encontro e recomendou para que visitassem o Lago Niassa.

Seguidamente, a Presidente do Conselho de Direcção da UNAC, a companheira Ana Paula Tauacale usou da palavra, revelando a sua satisfação pela realização de mais uma Assembleia Anual, em cumprimento dos princípios e valores de transparência e democracia interna, plasmados

nos estatutos e regulamentos internos do movimento camponês. Recomendou aos delegados, a usarem da ocasião não só para celebrar reencontros e reforçar amizades, mas também para contribuir activa e positivamente para o crescimento e consolidação do movimento, colocando, de forma construtiva, ideias e planos que ajudem, sobretudo, a classe camponesa, a alimentar cada vez melhor o povo moçambicano.

Segundo Tauacale, só produzindo mais e melhor, é que a classe camponesa alcançará a almejada soberania alimentar nas famílias e no País, em geral, e o desenvolvimento do País, reconhecida a agricultura como sendo a base e/ou o sector-chave e crucial para a dinamização da economia nacional, porém, a menos assistida.

Tauacale lembrou o desafio dos camponeses, na luta contra a fome e a pobreza, através do aumento da produção e da produtividade, e da melhor articulação entre as políticas públicas para o sector agrário e o investimento na agricultura camponesa; frisando a consciência que o movimento de camponeses tem, de operar num país com enormes potencialidades, porém, contrastadas pela ocorrência de mudanças climáticas, pela implementação de políticas públicas pouco saudáveis, pelos conflitos e carências de várias ordens, etc, que afectam o desempenho dos camponeses.

Terminado o discurso da Presidente da UNAC, seguiu-se ao do Secretário Permanente da

Assembleia-geral Anual da UNAC - 2017

Província de Niassa, o Senhor Rodrigues Artur Ussene (em substituição da Governadora da Província, a Senhora Francisca Domingos Tomás), que frisou o engajamento do governo em ajudar os camponeses. Ussene revelou que o conteúdo da Mística o havia comovido e, aliás, quase substituiu o discurso que trazia, por um improvisado inspirado pela peça apresentada, lamentando o fenómeno e reconhecendo as dificuldades que os camponeses efectivamente enfrentam, principalmente na comercialização da produção agrícola.

Mais adiante, o governante repetiu o compromisso do governo em cooperar com os camponeses, no que concerne a apoiá-los nas suas lutas. E com estas palavras, declarou oficialmente aberta a Assembleia Anual da UNAC.

2. Conferências regionais

Conferidas as condições para que a Assembleia-geral decorresse, e apresentado o argumento para a realização de conferências regionais sobre terra e sementes, seguiu-se à apresentação do tema da “Revisão da Política Nacional de Terras - Uma Perspectiva Política Campesina”, sendo que para uma melhor percepção, definiu-se, primeiro, os conceitos de Política Nacional de Terras e de Lei de Terras, e contextualizou-se a elaboração da actual lei de terras, com destaque para a contribuição do movimento camponês no processo. Foi apresentado, igualmente, o cenário actual de terras, em Moçambique, caracterizado pela frágil e/ou



Parte dos delegados, num dos momentos da Assembleia-geral Anual da UNAC.

incorrecta implementação da inerente legislação, no que tange à falta de transparência nos processos de concessão de terras; ao incentivo ao agronegócio (com prejuízos para a biodiversidade e para a agricultura camponesa) e ao açambarcamento de terras.

Ainda sobre as conferências regionais, sublinhou-se que elas visam a auscultação e a posterior harmonização de ideias, com vista à compilação dum Documento-Posição da UNAC, com relação à revisão da política nacional de terras, a entregar-se ao governo.

Do debate que se seguiu, concordou-se com a modalidade de conferências regionais, sendo hospedeiras as Províncias de Nampula (norte), Manica (centro) e Inhambane (sul).

Rosário Francisco (Zambézia), a quem preocupava saber se eram conhecidos artigos específicos da Lei de Terras, a serem revistos, recomendou aos

companheiros para que tivessem e tenham bastante cautela na sua análise. Sobre as conferências, lamentou a limitação financeira, para que não sejam provinciais.

Tomás Rafael (Maputo-Cidade), lamentou que o governo esteja cobrando taxas altas pelo DUAT, facto que dificulta o processo de regularização da situação dos camponeses, com relação a isso. Aliás, Rafael questiona a “obrigatoriedade” do DUAT, numa legislação que já reserva o direito de uso e aproveitamento da terra por práticas costumeiras e por ocupação de boa-fé.

José Catarino (porta-voz da UNAC), lembrou que aquando do fórum da celebração dos 20 anos da Lei de Terras, havia ficado claro que o que se pretende com tantas manobras, efectivamente, é tirar a terra dos camponeses. Aliás, para o porta-voz da UNAC, o pressuposto segundo o qual a terra é



Mística, pelo Grupo Teatral local, retratando a problemática da comercialização agrícola.

propriedade do Estado, devia, efectivamente, equivaler a dizer-se que a terra pertence ao povo, visto o povo como o Estado e vice-versa.

Catarino lamentou ainda a obceção do governo na falsa ideia de que os camponeses são contra o desenvolvimento, reiterando, porém, o posicionamento da UNAC, na exigência da transparência e da sua inclusão na concepção e implementação de projectos públicos e na defesa da posse da terra.

Gregório Abudo (Nampula) é da opinião de que a revisão em questão, nada mais visa senão acomodar a intenção da implantação de latifúndios e/ou de grandes projectos privados, sem enquadramento na actual lei de terras. Denunciou ainda que em Nampula, o governo dificulta a aquisição de DUAT's, numa clara estratégia de “reserva” de vastas terras, para posterior cedência aos chamados “investidores”.

Henriques Chavango

(Maputo), reforçou as denúncias sobre a burocracia e as altas taxas do DUAT; e a antevisão do objectivo de incluir a venda oficial da terra e/ou o latifúndio na nova abordagem sobre a terra. Chavango denunciou, na ocasião, um recente caso de expropriação de terra, em Namaacha, por um estrangeiro, munido de aval do governo, para ocupar um espaço antes explorado por camponeses, durante mais de 40 anos.

Saíde Amélia (Inhambane), congratulou a UNAC pela ideia da realização das conferências regionais, propondo a Província de Inhambane para hospedeira da da região sul. Segundo ele, fala-se, em Inhambane, de um projecto de exploração de áreas pesadas, sobre o qual os camponeses não têm informação oficial, porém, ele abrange 7 comunidades dos Distritos de Jangamo e Inharrime.

Josefina Amélia (Niassa) lamentou que a prática esteja contrariando o discurso, no concernente à pertença da terra; isto é, enquanto o discurso oficial repete que a terra é nossa, a

prática mostra que não. Aliás, para Amélia, se os camponeses não resistissem, hoje em dia não teriam, sequer, pedacinhos de terra para produzir comida.

Luís Muchanga (Coordenador Executivo da UNAC) exortou para a necessidade de que a luta parta da base, onde efectivamente se sentem as implicações da má aplicação da Lei de Terras. Para Muchanga, a grande preocupação da UNAC, é que com a revisão da legislação sobre a terra, nos moldes previstos, os camponeses percam os direitos e interesses conseguidos na actual lei, e que continuam válidos, nomeadamente, o direito da mulher à terra, o direito por práticas costumeiras, o direito por ocupação de boa-fé, e a terra como propriedade do Estado.

A terminar, Muchanga apelou para que nas conferências regionais, todas as oportunidades sejam aproveitadas ao máximo, para alertar ao governo sobre o perigo real de uma revisão desnecessária, precipitada e manipulada da legislação sobre a terra, numa fase em que os interesses obscuros claramente se sobrepõem aos nacionais, com a dinâmica actual da corrida pelos investimentos estrangeiros, a distribuição desigual da riqueza nacional, a visão tendenciosa das políticas públicas, os modelos de desenvolvimento desfocados, a propaganda sobre o desenvolvimento do ambiente de negócios, etc, pela frente.

Bartolomeu António (UNAC - Sede), sugeriu, secundado por Tomás Rafael, que nas conferências, seja igualmente reflectida a questão da agricultura urbana, pois, em muitas zonas urbanas já não existem espaços verdes devido à

urbanização/ municipalização.

Nelson Guilherme Tembo (Tete) apelou aos participantes das conferências regionais, a denunciarem a e debaterem todos os casos relevantes sobre as questões da terra, vividos pelos camponeses, com vista a alimentarem o posicionamento da UNAC sobre a matéria, a ser entregue ao governo. É que, segundo Tembo, muitas situações ocorrem no silêncio e na cumplicidade do próprio governo, que vezes sem conta, protagoniza os atropelos à legislação, dando lugar, inclusive, a actos corruptos.

António Domingos (Sofala) denunciou as acções da Portucel, nas Províncias de Zambézia e Sofala, onde os produtores perderam suas terras, sem justa compensação, para dar lugar às plantações daquela empresa.

3. Processo INARCA

Terminado o debate sobre a revisão da Política Nacional de Terra, passou-se à apresentação do “Ponto de situação do INARCA”, um projecto inerente ao cadastro dos membros da UNAC. O apresentador narrou, por conseguinte, sobre o preâmbulo, a razão, os objectivos, os termos de referência e as actividades já realizadas, no âmbito do INARCA.

Com efeito, a UNAC contou com o apoio de consultores para a formação de inquiridores, e para a formulação do sistema de **c a d a s t r a m e n t o** dos camponeses; no terreno, houve trabalho de levantamento de dados através de inquéritos feitos às famílias camponesas, com a ajuda dos inquiridores locais (jovens seleccionados,



Dinâmica - Delegados de diferentes províncias, cantando e dançando, para descontraírem-se.

com algum nível de escolaridade); e mais tarde, foram capacitados digitalizadores, e contratados jovens estudantes universitários para o processo de lançamento dos dados da Província de Tete, no sistema.

Na hora do debate, **Freitas Estivene** (Tete) mencionou as dificuldades encontradas pelos inquiridores, no terreno, (principalmente na Província de Tete, que foi a primeira), nalguns casos, devido às questões de escolaridade, tanto dos inquiridores, assim como dos entrevistados. Jemusse acredita, todavia, que tais dificuldades poderão ser resolvidas à medida da consolidação do projecto.

Inquiridores e supervisores, **Albertino Fungulane** e **Xavier Francisco**, das Províncias de Tete e Cabo Delgado, respectivamente, reconheceram ter enfrentado dificuldades ao longo do trabalho de campo, apesar da capacitação prévia; porém, revelaram acreditar, por um lado, na melhoria progressiva do seu

desempenho e, por outro, numa melhor prestação dos inquiridores e supervisores ainda por capacitar-se. Revelaram também que nalgumas comunidades eles sentiram-se desconfiados, pelo que sugerem a posse de algum tipo de identificação, entre credenciais e crachás.

O aprimoramento dos inquéritos e do sistema, ao longo do trabalho realizado, foi igualmente um dado.

4. Reuniões das Comissões

Terminado o “pulsar” sobre o processo INARCA, passou-se às reuniões paralelas das comissões de jovens, de mulheres e de homens do movimento. As duas primeiras iriam compulsar-se sobre as actividades quotidianas da especialidade, e a última (comissão de homens), ainda sobre as conferências regionais.

5. Avaliação de desempenho

No segundo dia, as actividades



Encontro da Comissão de Mulheres Camponesas.

iniciaram com a Mística, pelo mesmo grupo teatral, retratando, desta feita, o dilema enfrentado pelos camponeses, aliciados a produzir tabaco e algodão, por multinacionais, que depois não os compram, ou viciam os processos de classificação, ou “subornam” os camponeses, ou não os remuneram, pelo menos, não em tempo útil.

O Conselho de Direcção da UNAC apresentou, então, os relatórios, baseados em resultados e indicadores, das actividades e contas relativas ao exercício de 2017, ao nível dos 4 Pilares do PEUNAC 2016-2020.

Para o Empoderamento dos Camponeses, alguns dos resultados incluem os processos internos de prestação de contas a todos os níveis, a adopção de capacidades e conhecimento técnico, pelos membros, sobretudo nas alternativas aos desafios e mecanismos locais de enfrentamento das dificuldades, por exemplo, resultantes do

processo de comercialização de excedentes agrícolas.

Relativamente aos Direitos dos Camponeses, destacou-se a realização da VI Conferência Internacional sobre Terra e Sementes, com todos os seus ganhos, dentre os quais, a destacável aproximação entre a UNAC e o MITADER (governo), com compromissos claros de cooperação e colaboração, cujo realce vai para o compromisso do MITADER, de desenvolver acções tendentes a uma melhor e/ou correcta implementação da legislação sobre a terra.

Por outro lado, os indicadores deste pilar, mostram ainda que próximo de 500 camponeses participaram em vários fóruns de concertação político-estratégico, com o governo e entidades afins, nacionais e internacionais.

Para o terceiro pilar, as actividades, resultados e indicadores destacam a realização da Assembleia-geral Anual e a auditoria institucional da UNAC,

as reuniões do Conselho de Direcção Alargado, e outras reuniões paralelas, incluindo o trabalho das comissões e plataformas participadas pela UNAC. Outras actividades incluem a realização das Assembleias da Juventude e da Mulher Camponesa; e as visitas de monitoria e acompanhamento das acções do movimento, pelos órgãos sociais.

Os resultados do terceiro pilar incluem, a prestação de contas do ano 2016 no movimento, discussão com o MITADER, MASA, MIC e o ICM, sobre a situação da comercialização do feijão boer, tendo as três últimas instituições garantido a sua intervenção no caso.

Quanto aos indicadores das comissões, 47 jovens (14 homens e 33 mulheres), beneficiaram de acções concretas; e 45 líderes foram capacitados em matéria de liderança e desenvolvimento organizacional, só para exemplificar.

Para o último pilar, o da Sustentabilidade, as acções efectuadas em 2017 incluem a sensibilização sobre a quotização, divulgação dos estatutos, regulamentos e política interna, distribuição de material sobre cooperativismo/ associativismo, a formação sobre poupança, etc.

Por outro lado, foram apresentadas as perspectivas da UNAC, tais como a massificação e ampliação dos espaços de debate e popularização do Plano Estratégico da UNAC, a continuação do processo de promoção auto-organizacional *versus* seguimento dos estatutos, a capacitação de mais membros e colaboradores em matéria de advocacia e lobby, e de monitoria e gestão de

programas e projectos baseados em resultados. Ademais, algumas lições aprendidas incluem, manter actualizado o quadro de análise de risco para melhor preparação dos processos de luta pelos direitos e interesses dos camponeses, o desenvolvimento de acções de advocacia e lobby, entre outros.

Relativamente ao Relatório Financeiro, o destaque vai para o não pagamento de quotas pelas Uniões Provinciais.

O Conselho Fiscal relatou, por sua vez, as suas actividades e constatações, durante o período, favorecendo, na sequência, o desempenho do Conselho de Direcção.

Do trabalho de grupos para a apreciação dos relatórios, vieram à plenária, questionamentos e sugestões de melhoria. Reiterou-se a falta de mercado para a comercialização da produção agrícola, e pediu-se mais formações/ capacitações, em matérias relevantes e sanções às Uniões Provinciais devedoras das quotas.

Aliás, sobre as Uniões Provinciais devedoras de quotas, deliberou-se pela hipoteca do seu direito à palavra e votação, em Assembleias da UNAC. E sobre a falta de mercado para o feijão boer, a Directora do SDAE de Lichinga, Senhora Ema Saíde, presente, lamentou que o principal comprador, a Índia, esteja também produzindo muito feijão boer, neste momento, facto que influenciaria na baixa de preços do produto nacional.

Acolhidas, esclarecidas e



Os membros do Conselho de Direcção da UNAC.

harmonizadas as questões trazidas pelos grupos de trabalho, os relatórios foram aprovados por unanimidade.

6. Plano de Actividades 2018

Aprovados os relatórios, seguiu-se à apresentação, pelo Conselho de Direcção, do Plano de Actividades e Orçamento para o ano 2018. De seguida os delegados apreciaram-no, sugerindo, por exemplo, o acréscimo de actividades tais como a formação dos membros dos órgãos sociais, a aposta na economia solidária, nos moldes de poupança e fundo rotativo, etc, as quais segundo o Conselho de Direcção, estavam incorporadas em capítulos específicos.

Depois de harmonizado, o Plano de Actividades e Contas da UNAC para o ano 2018, foi aprovado por unanimidade.

7. Avaliação Intermédia

Na introdução do relatório da Avaliação Intermédia ao PEUNAC-Plano Estratégico da UNAC 2016-2020, a Presidente

do Conselho de Direcção realçou o principal objectivo da avaliação, mormente, medir o grau de execução de meio-termo, do PEUNAC, por uma empresa de consultoria, contratada para o efeito.

De seguida, o Coordenador Executivo da UNAC, apresentou o resumo do relatório, destacando as constatações gerais, compiladas dos depoimentos dos membros ouvidos pelos consultores, durante o trabalho.

Com efeito, o desempenho da UNAC, com relação aos 4 pilares, a meio do quinquénio, foi positivamente avaliado e validado, ainda que com recomendações pontuais de melhorias e reajustes estratégicos.

Por exemplo, consta do relatório que a organização dos camponeses em associações, uniões zonais, distritais e provinciais é muito importante para a prossecução das estratégias e actividades da UNAC; que a UNAC revitalizou as associações membros,



Ana Paula Tauacale, Presidente da UNAC, falando aos Órgãos de Informação.

UDAC's, UPC's, e tem estado a promover a boa governação, prestação de contas, transparência e justiça; que a UNAC está, gradualmente, a melhorar a definição de papeis e mecanismos de coordenação e comunicação entre os diferentes níveis do movimento; que homens, mulheres e jovens camponeses estão ficando empoderados e com capacidade de responder aos seus problemas; que através das suas acções de advocacia, o movimento está influenciando as políticas e programas públicos; e que, em suma, há evidência de progressos significativos, ocorridos ao longo dos sensivelmente 30 meses de implementação do PEUNAC.

Dentre as recomendações da consultoria, destaca-se a formação política dos membros, a massificação da produção (baseada na agroecologia), a expansão do modelo de defesa de direitos (baseado nas evidências), a permanente luta pelo direito à terra, o contínuo

empoderamento económico das mulheres e jovens (através de programas específicos), o pagamento de quotas e a comparticipação dos membros em despesas com os eventos, etc.

8. Trabalho das Comissões

O passo seguinte, foi a apresentação dos trabalhos das comissões de mulheres e jovens, resumidos em actividades realizadas, ganhos, constatações e constrangimentos ao longo do processo, desafios e ambições para o futuro.

Tanto as mulheres assim como os jovens, revelam sentirem-se orgulhosos da sua inserção no movimento, porém, reclamam por mais atenção, por parte dos companheiros, no geral. Propõem-se a massificar cada vez mais as formações específicas e de seu interesse; a lutarem contra os males sociais afins; a lutarem pela terra; a participarem mais, e activamente, em agendas do movimento; etc; apelando para cada vez maior colaboração dos

demais actores, sectores e membros do movimento, e para a angariação conjunta de fundos, para a materialização dos seus anseios, contidos nos respectivos planos e orçamentos para o ano que se segue.

9. Diversos

Neste ponto, analisou-se a questão do enquadramento dos líderes cessantes. Aliás, após árdua discussão, os delegados concordaram em remeter o assunto a um debate mais aprofundado, ao nível da base, criando-se comissões específicas para o efeito, devendo dar-se seguimento na próxima reunião alargada do Conselho de Direcção.

10. Encerramento

Em jeito de considerações finais, o Coordenador Executivo da UNAC agradeceu a todos pela colaboração, lamentando e desculpando pelos constrangimentos registados, alheios à vontade dos intervenientes directos. Por exemplo, as questões logísticas deploradas pelos participantes.

A Presidente da UNAC, por sua vez, agradeceu aos delegados, pela presença e participação activa; à UPCN-União Provincial de Camponeses de Niassa pelo acolhimento; aos parceiros de cooperação pelo apoio logístico; e aos técnicos/colaboradores da UNAC-Sede pelo esforço no trabalho desempenhado desde a fase de preparação do encontro.

Sem mais assuntos a tratar-se, a Presidente da Mesa da Assembleia-geral, deu, então, por encerrada a Assembleia-geral Anual da UNAC - 2017.